

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

**ATA DA 324ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL
DE SAÚDE DE SÃO PAULO**

SÃO PAULO, 11/12/2025

PRESIDENTE

LUIZ CARLOS ZAMARCO

COORDENADOR DA COMISSÃO EXECUTIVA

WALER MASTELARO NETO

SECRETÁRIO GERAL DO CMS-SP

JÚLIO CÉSAR CARUZZO

ATA ELABORADA PELA EQUIPE TÉCNICA DO CMS-SP

JAIR ALVES – ASSISTENTE SOCIAL

DIGITAÇÃO:

JAIR ALVES – ASSISTENTE SOCIAL

SUELÍ DE OLIVEIRA GIMENEZ – AAG

REVISÃO GERAL:

JÚLIO CÉSAR CARUZZO – SECRETÁRIO GERAL

ATA DA 324ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PAULO

Walter abre a reunião às 14h15, cumprimenta, acolhe a todos e refere que devido à ausência do presidente do CMS/SP o Sr Secretário Municipal da Saúde, Dr Zamarco, ele enquanto Coordenador da Comissão Executiva dá início à reunião do colegiado pleno do Conselho Municipal de Saúde. Informa que está é a 324ª reunião. EM seguida passa palavra para Júlio fazer a leitura da Pauta do dia..

Júlio - lê a pauta, conforme o que segue:

A - Aprovação da Ata da 323ª Reunião Plenária Ordinária

B - Informes da Mesa;

C - Informes dos Conselheiros;

D - Informes das Comissões;

E - Ordem do Dia:

- *Apresentação do parecer do pedido de vista do conselheiro José Ivan à minuta de resolução sobre a contratação de trabalhadores para o SUS por concurso público;*
- *Contratação de Serviços Médicos através de Pregão;*
- *Escola Municipal de Saúde – Transferência das Escolas Regionais para as coordenadorias de saúde;*
- *Assistência Laboratorial – Transferência da realização de exames do Laboratório São Miguel para empresa contratada pela OSS Santa Marcelina;*
- *Pedido de apoio à criação do cargo de Sanitarista na SMS.*

F- Deliberações

- *Pleno Extra – Chamamento Público para Seleção de Organizações Sociais;*
- *Moção de Repúdio ao fechamento da FURP;*
- *Moção de Apoio à formação da comissão de acompanhamento da transição da FURP para a Fundação Butantã;*
- *Aprovar a realização da 23ª Conferência Municipal de Saúde de São Paulo, Etapa da 10ª Conferência Estadual de Saúde de São Paulo e da 18ª Conferência Nacional de Saúde com o tema: “Brasil das Brasileiras e dos Brasileiros: SUS e Soberania – Cuidar do Povo é Cuidar do Brasil”.*

André - Solicita a inclusão de uma deliberação no item F referente à denúncia contra o secretário Armando Luís Palmieri por obstrução ao acesso à informação e descumprimento da Lei Orgânica do Município. Diz que Palmieri tem recebido solicitação de informações da Comissão de Contratos, desde 120 dias atrás, que ele prometeu que viria às reuniões, porém não veio. Esperavam que viesse à reunião da Comissão de Contratos realizada no dia 17, mas não compareceu e não respondeu as solicitações, mesmo informado que deveria enviar as informações, mas até hoje, não o fez. Como Palmieri tem cancelado sucessivamente sua presença, a comissão propõe denunciá-lo ao Ministério Público e à Corregedoria Geral do Município. Além dessa inclusão no item F, solicita ainda uma inversão da pauta. Quer colocar os informes de conselheiros e das comissões no último item depois de esgotar todos os itens de deliberações.

Júlio – pergunta se o plenário aprova as solicitações de André e também pede aprovação da ata anterior. Todos aprovam por unanimidade. Em seguida fala dos informes da mesa. Informa que havia cadeira aberta de suplente do segmento gestor, mas foi agora indicada a Maria Rosângela Santos de Queiroz Tavares, Rosângela. Será chamada, na informalidade, de Rosângela, Aplausos e acolhida de Rosângela. Em seguida anuncia item da ordem do dia referente “Apresentação do parecer do pedido de vista do conselheiro José Ivan a minuta de resolução sobre a contratação de trabalhadores para o SUS por concurso público”. .

José Ivan - observa que vai ler a parte referente à “Considerações Finais”. Inicia leitura:

“(...) Considerações finais e considerando a legítima preocupação da sociedade civil investido nas suas representações, com a excelência dos serviços do SUS no Município de São Paulo, e o papel do Conselho Municipal de Saúde no fortalecimento do SUS Municipal. / Tendo em vista os

apontamentos e a diretriz da proposta de resolução, visando a contratação de trabalhadores para o SUS por via de concurso público. / Assim sendo, concluímos que a realização de concurso público no Município de São Paulo é atribuição legal do Poder Executivo. Ressaltando que a responsabilidade pela autorização e realização de concursos públicos na esfera municipal de São Paulo é do Poder Executivo, por meio da Secretaria Municipal de Gestão, considerando as demandas e necessidades das Secretarias Municipais e respeitando as dinâmicas orçamentárias. / O Conselho Municipal de Saúde pode, no entanto, cobrar e indicar a prioridade para novas seleções de profissionais de saúde, exercendo seu papel de controle social e pressionando a administração municipal a suprir a demanda por servidores.”

Walter – toma a palavra e pede para que o pleno fale e delibere sobre o parecer e lista os que vão falar. Inicialmente Pedro, Neide e Laudiceia.

Pedro – Sugere que Júlio anexe a ata um documento que, diz ter enviado ao Conselho Municipal de Saúde, em resposta ao parecer de José Ivan. Observa que, embora o parecer seja positivo e promova o diálogo, acredita que deve ser rechaçado pelo conselho devido a dois principais argumentos: O primeiro ponto é sobre a “Função do Conselho”, sobre o qual vai fazer duas pontuações, em primeiro lugar afirma que o parecer transforma o CMS em um órgão meramente de pressão sobre a SMS, em vez de um espaço de deliberação e controle social do SUS em São Paulo, a função do conselho é ser espaço de formação e deliberação, não um órgão de pressão. Em segundo, ao tratar da execução de concursos públicos, o parecer dá à gestão da saúde poder discricionário para determinar sobre concursos públicos. Não é função da SMS. A realização desses concursos é uma questão que não deve ser discutida pelo conselho porque, a realização de concursos deve ser uma norma, não uma decisão gerencial. Nesse sentido a resolução da UMPS é importante porque se trata de resolução que recomenda dar passos para a retomada de um SUS mais forte com contratação direta e com gestão pública eficiente. Acrescenta, por fim, a importância da resolução da UMPS, que deve ser adotada pelo conselho, visando fortalecer o SUS com contratações diretas, para que tenha uma gestão pública eficiente em São Paulo. Portanto o segundo ponto do parecer que é questionável é esse de atribuir à gestão a realização de concursos e querer resolver isso através de resolução do CMS/SP.

Walter – avisa que as inscrições se encerram após a fala da Neide.

Neide – Fala sobre quem solicita concurso que deve ser a SMS juntamente com a Fazenda, mas pondera resumidamente o seguinte: Inicia enfatizando a importância do CMS/SP como um órgão deliberativo. Considera o CMS essencial para manter a integridade do SUS. Critica essa condição em que se decide sobre saúde através de decisões por meio de contratos, ressaltando que o SUS deve prover saúde de forma pública e acessível. Menciona a reforma administrativa na SMS dizendo que que não foi discutida essa reforma com os envolvidos, alterando a responsabilidade pela solicitação de concursos para a Secretaria de Gestão. Defende que a solicitação de concursos deve ser feita pela pasta responsável juntamente com a Fazenda decidindo sobre a viabilidade. Alerta que se não forem realizados concursos, trabalhadores que dedicaram suas vidas ao SUS poderão não ter aposentadoria dentro dos próximos dez anos, devido à falta de ingresso em

institutos de previdência. Conclui dizendo que é crucial realizar concursos para garantir que todos os que contribuíram para o SUS tenham acesso à aposentadoria digna. Afirma que o SUS deve ser priorizado e respeitado acima das mudanças administrativas.

Laudicéia – observa que, embora a realização ou não dos concursos públicos estejam submetidas ao poder discricionário da gestão, há que considerar que a gestão governamental foi eleita pela população e deve ser responsabilizada pelo fato de não ter concursos públicos. Traz à memória a questão das conferências de saúde que são consideradas espaços deliberativos. A gestão não pode decidir unilateralmente sobre a realização de concursos. Há uma carência de propostas e metas para concursos públicos no plano municipal, contribuindo para a rejeição do PSM proposto. Diz que a gestão não está atendendo as unidades administrativas diretas, que carecem de funcionários para oferecer serviços adequados. As decisões das conferências estão sendo desrespeitadas, estão sendo ignoradas as necessidades e pedidos dos trabalhadores. ME seguida critica a dependência do município em relação a empresas privadas que não atendem às demandas da população. A falta de resposta em favor do SUS está evidenciada nas conferências, que refletem a insatisfação da população com os serviços de saúde. Entende que a resolução discutida (da UMPS) é considerada crucial para a construção de uma saúde pública que atenda às necessidades da população local. Por fim expressa firmemente oposição ao parecer apresentado por José Ivan e defende a resolução.

Walter – Passa para votação do parecer do Jose Ivan e explica que se o parecer do Ivan for recusado não será preciso votar a proposta que está na mesa que é a resolução. Pergunta se todos concordam. Todos assentem e passa pra Julio proceder a votação nominal.

Júlio – Coloca em regime de votação fazendo chamadas nominais. Paulo – Não; Adão – Não; Nila – Não; Edileuza – Não; Pedro – Não; Cirlene – Não; Gabriel – Não; Antenor – Não; Ângela – Não; Ernane – Não; Neide – Não; Ivanilda –?; José Luiz (Zito) – Não; Jonas – Não; Aldenira –?, André – Não; Carlos – Não; Walter – Não; Rosilânia – Não; Laudicéia – Não; Amélia – Não; José Ivan – Sim, Mari – Sim. Terminada a votação anuncia o seguinte resultado: total 20 votos contra, 3 abstenções e 1 a favor. Anuncia que o parecer foi reprovado, portanto o documento da UMPS está aprovado. Esclarece que o encaminhamento vai seguir o rito normal, primeiro vai para a resolução, depois segue para o Secretário e depois volta pro CMS/SP. Em seguida passa para próximo item da pauta referente à “Contratação de Serviços Médicos através de Pregão” e pergunta quem propôs a pauta?

André – diz que, embora não pertença ao grupo dos trabalhadores, apresentará, m nome dos trabalhadores a proposta que indica que a SMS deve adotar um mecanismo de contratação mais apropriado, que leve em conta a complexidade dos serviços prestados e a segurança dos trabalhadores e usuários. Durante sua fala, destacou a importância da colaboração e da escuta ativa das demandas dos trabalhadores, enfatizando que a proposta visa melhorias significativas nas condições de trabalho e na valorização do trabalho. Resumidamente os pontos principais abordados são os seguintes: 1. Há necessidade de melhorias nas condições de trabalho, especialmente em relação à contratação de serviços de saúde. Como exemplo cita o caso do HSPM que contratou uma empresa para

prestação de serviços, à qual criou no hospital situações muito graves, colocando em risco a vida de trabalhadoras e de um bebê. Após esses incidentes, a SMS decidiu desfazer a contratação. 2. A prática de contratar serviços através de pregões não é adequado porque contrata pelo menor preço. Trata-se de um mecanismo de contratação que não respeita a complexidade envolvida. Não se pode contratar serviços complexos comparando à compra de itens simples como canetas e borrachas. Enfatizou a complexidade envolvida em certos serviços e a necessidade de um processo de contratação mais cuidadoso e adequado. Assim, a proposta dos Trabalhadores é que a Secretaria adote um mecanismo de contratação mais apropriado, que leve em conta a complexidade dos serviços prestados. Como é o serviço de maternidade. Sugere que essa pauta seja discutida em reuniões futuras, envolvendo todos os interessados, que envolvem os trabalhadores, os usuários, as empresas contratadas para que possam contribuir e apoiar as mudanças sugeridas. Enfim defende a prática de contratar serviços de saúde complexos, como maternidade, através de pregões que priorizam o menor preço, semelhante à compra de materiais básicos. Observa ainda que um mecanismo de contratação mais apropriado tem que considerar também a segurança dos trabalhadores. Precisa garantir a segurança dos trabalhadores e dos pacientes. No caso do HSPM houve incidentes graves por causa da contratação inadequada de serviços.

Laodiceia - inicia fala agradecendo a André por abrir a pauta e destaca a importância do debate no conselho. Ressalta que não é aceitável que contratos de pregão, que fazem exigências mínimas, tornem-se a regra de gestão. Menciona que o sindicato recebeu várias gestantes que sofreram violência obstétrica, racismo e tiveram suas vidas colocadas em risco devido à decisão da gestão de enviar servidoras para partos em um hospital que não tinha condições adequadas. Traz relatos alarmantes, como o de uma servidora que teve o útero cortado e outra que quase morreu após um sangramento durante a cesárea, sendo mandada para casa sem a devida orientação. Informa que o HSPM fechou o serviço de maternidade para as servidoras e as mandou para o Hospital Saint Patrick. Na visita da comissão que foi tirada em pleno anterior, soube, através dos diretores do Hospital que foi montada uma sala de parto, com restos do que “sobrou do último pregão”. Disse. A sala foi montada sem a infra e a equipe necessárias. Critica a gestão do hospital Saint Patrick, afirmando que os erros cometidos pelos profissionais de lá foram corrigidos pelos servidores do hospital municipal. Disse que a comissão que visitou os hospitais (HSPM e Saint Patrick) constatou a falta de estrutura e a ausência de profissionais qualificados, como neonatologistas e cirurgiões obstetras. Após várias denúncias, a comissão reconheceu que o contrato com o Saint Patrick não poderia continuar. Observa que a situação crítica descrita é corroborada também por relatórios da vigilância apontando diversos problemas estruturais. Finaliza enfatizando a necessidade de reinternalizar os serviços de maternidade e garantir que as servidoras tenham o direito de continuar recebendo atendimento no HSPM. Alertou ainda para os riscos que a contratação via pregão representa à saúde, afirmando que isso desumaniza os pacientes. Por fim, pede que o CMS/SP discuta e rejeite esse modelo de contratação para evitar que mais pessoas, independentemente de gênero ou idade, sofram como as servidoras citadas.

Rose - inicia fala se apresentando como representante do Fcfs-SP (Fórum dos Conselhos de Atividades Fim da Saúde do Estado de São Paulo) e afirma que

concorda que o município tem necessidade de serviços próprios de saúde. No entanto, caso haja necessidade de contratar serviços externos, é fundamental que sejam feitas auditorias técnicas para verificar as condições da prestadora do serviço e dos estabelecimentos antes da formalização do contrato. Destaca que existem na SMS técnicos capacitados e órgãos como a vigilância sanitária, que podem realizar essas inspeções prévias. Defende que essa prática de auditoria deve ser aplicada a qualquer tipo de serviço contratado, não se limitando apenas aos serviços hospitalares.

Walter – pede que inscrevam quem quiser falar estão para falar Auxiliadora e Pedro

Auxiliadora – disse que vai passar para Márcia (convidada).

Márcia – considera inadmissível o que ocorreu com as trabalhadoras nos hospitais com as gestantes. Retoma discussões sobre contratação e diz que não se deve pensar no menor custo. No caso de gestantes de alto risco, precisa pensar na qualidade da assistência.

Auxiliadora –expressa preocupação com a crescente precarização da saúde, que está se tornando um comércio nas mãos da gestão pública. Observa que existe pejetização. Questiona a pejetização, afirmando que essa abordagem já demonstrou ineficácia e questionou até onde essa situação vai chegar. Sugere que se faça um documento para se opor a essas atitudes, considerando-as desrespeitosas, especialmente em relação ao que foi relatado por Laudiceia. Menciona que, apesar das denúncias feitas pelo sindicato, foi necessário verificar pessoalmente as condições de atendimento nos hospitais que considera horríveis. O exemplo citado foi o de uma servidora pública que teve que dar à luz fora do hospital, evidenciando a insatisfação com as condições oferecidas. Conclui afirmando que, enquanto a gestão pode alegar que tudo está bem, a realidade para os usuários é muito diferente, enfatizando a necessidade de vigilância constante sobre a situação.

Pedro – inicia sua fala destacando que a questão em discussão vai além da privatização dos serviços de saúde; trata-se do método de contratação, que considera inadequado. Em seguida expressa sua perplexidade sobre a decisão da secretaria em adotar esse modelo, que contraria as orientações dos Tribunais de Contas, os quais não recomendam o uso de pregão para serviços especializados em saúde. Afirma que, embora a privatização não seja necessariamente um problema, ela deve ser feita por métodos mais apropriados. Sugere a criação de uma comissão para investigar o uso do pregão na SMS e, caso necessário, encaminhar denúncias ao Tribunal de Contas do Município e da União, enfatizando a importância do financiamento federal na questão.

Walter – fala que participou da visita aos hospitais e expressou estranheza sobre o uso do pregão para a contratação de serviços na SMS, incluindo profissionais médicos. Ele sugere que a comissão de contratos examine essa prática, lembrando que há dois anos a comissão de HIV/Aids já havia se posicionado contra essa modalidade de contratação para serviços especializados. Destacou a dificuldade que a Comissão da Saúde da Mulher enfrenta ao contestar a narrativa de que o número de nascimentos está em constante declínio, enfatizando que o fechamento

de leitos não é uma solução adequada. Observou que, apesar da diminuição dos nascimentos, há uma desassistência em várias regiões, e que a qualidade da assistência à maternidade deve ser considerada em um contexto mais amplo, incluindo políticas que garantam apoio às gestantes. Concluiu ressaltando que o conselho tem tentado discutir a questão das maternidades no município, mas sem sucesso, e pediu que Priscila fizesse a leitura de uma proposta de resolução para ser votada. Antes de passar para Priscila quer pontuar algumas coisas da comissão de saúde da mulher em relação aos partos e nascimentos. Fala que o número de nascimentos tem diminuído constantemente e este é o argumento que a gestão utiliza para justificar o fechamento ou a redução de leitos de maternidade. A Comissão da Saúde da Mulher não tem conseguido enfrentar essa narrativa com sucesso. Um seminário foi realizado para discutir essa questão, e embora seja verdade que se vê uma redução nos nascimentos, o fechamento de leitos não é uma resposta adequada para essa situação. Afirmo que existem áreas em que o conselho observa desassistência, embora a SMS negue essa realidade. Sobre a questão da qualidade, quando se fala sobre a qualidade da assistência à maternidade, é preciso considerar políticas que vão além da saúde, garantindo que as gestantes tenham o suporte necessário para o parto e se garanta um espaço adequado para descanso. Alerta que é importante que essa discussão inclua diversos aspectos, não apenas os relacionados à saúde. O conselho já vem tentando abordar a questão dos serviços de maternidade no município, já há algum tempo, mas não tem conseguido o sucesso necessário para enfrentar esses desafios. E passa para Priscila ler uma proposta de resolução que trata da questão da contratação na modalidade de pregão.

Priscila – com a proposta de resolução em mãos toma a palavra e começa explicando que a proposta de resolução que vai ser lida foi construída coletivamente após a visita ao Hospital Saint Patrick, onde uma comissão de servidores e usuários do SUS verificou as condições do contrato. Tem nas mãos uma minuta contendo a proposta de resolução para que possa ser votada. Essa minuta (ou ementa) da resolução determina que a gestão municipal não se utilize da modalidade de pregão para a contratação de serviços de saúde, devido aos riscos à qualidade assistencial, tomando como referência o caso do contrato de maternidade com o Hospital Saint Patrick, que foi encerrado unilateralmente pela administração após graves falhas na prestação de serviço. Segue procedendo à leitura do documento e diz:

“Então ficaria o texto assim: o Conselho Municipal de Saúde de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando que a saúde é direito fundamental garantido pela Constituição Federal de 88 e pela Lei Orgânica de Saúde, lei 8080 de 90, devendo ser prestada com qualidade, integralidade e segurança, que a legislação vigente estabelece padrões técnicos e assistenciais mínimos para os serviços de saúde, os quais não podem ser relativizados por critérios meramente econômicos. que a modalidade de pregão prevista na lei 10520 de 2002 é destinada à aquisição de bens e serviços comuns, não se aplicando adequadamente a serviços de saúde, dada a sua complexidade e especificidade, que o contrato firmado para a prestação de serviços de maternidade com Hospital São Patrick, que foi encerrado unilateralmente pela gestão municipal em razão da assistência desastrosa oferecida em desconformidade com os padrões de qualidade exigidos. que tal experiência demonstrou os riscos concretos da contratação

de serviço de saúde por pregão, resultando em prejuízos à população usuária e a credibilidade do Sistema Único de Saúde SUS no município, que cabe ao Conselho Municipal de Saúde zelar pela qualidade da atenção à saúde e recomendar que assegurem a proteção dos usuários e resolve. Artigo 1º. Determinar que a Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo não utilize a modalidade de pregão para contratação de serviços de saúde em razão da incompatibilidade dessa forma de licitação com a natureza especializada e complexa da assistência saúde. Artigo 2º. Orientar que os serviços de saúde necessitam de avaliação técnica e monitoramento criteriosos, assegurando padrões de qualidade e segurança do paciente e conformidade com a legislação vigente. Artigo 3º. Determinar que esta resolução seja encaminhada à Secretaria Municipal de Saúde, ao gabinete do prefeito e às demais instâncias do controle social e fiscalização para ciência e providências cabíveis. Artigo 4º. Essa resolução entra em vigor na data de sua aprovação. São Paulo, Conselho Municipal de Saúde.”

Walter – abre para inscrições, mas avisa que foi pedido uma fala para fazer uma correção no texto.

Laudiceia – sugere que fica melhor substituir os termos – onde se lê “serviços especializados” substitui por “serviços de saúde”. Justifica que fica assim aceitável.

José Ivan – Pede vistas do documento que acaba de ser lido. Justifica que o documento tinha que ser recebido antes como é praxe. Diz que não recebeu antes e por isso confirma seu pedido de vistas.

Walter – Concorde com pedido de Vistas, reconhece que é um direito, e quer encerrar o assunto.

Priscila – quer que conste em Ata que a gestão não tem comparecido à reuniões, por isso não recebeu o documento.

Walter – informa que vai encaminhar o documento ao Júlio. Em seguida passa para próximo item da pauta “Escola Municipal de Saúde – Transferência das Escolas Regionais para as coordenadorias de saúde”. Pergunta se tem algum representante da Escola Municipal da Saúde (EMS). Não tem.

André – fala que tem gente presente que é da em “live”.

Walter – Explica que as “lives” programadas pela Escola foram aprovadas pelo Conselho. A live para acontecer hoje foi cancelada. Explica a questão da “live” dizendo que embora a transmissão estivesse combinada foi cancelada devido à falta de energia. Explica que estavam com um gerador disponível no prédio. Informou que as “lives” da EMS foram aprovadas e o cronograma conforme acordado, só teriam que revisar as datas das lives para evitar conflitos com outras atividades. Relativamente à live programada considera importante falar das responsabilidades assumidas entre CMS/SP e Escola. O CMS/SP havia aprovado as datas das lives e um acordo previa que a Escola apresentasse os nomes dos convidados e o conteúdo programado, o que não ocorreu. Ele mesmo menciona ter cobrado a Escola sobre a falta da apresentação dos dados solicitados. Esta última live do ano teria que resolver isso adequadamente. O tema da última live seria “a

ação conselheira”. Para tratar desse tema seria importante que alguém do CMS/SP estivesse presente. Em seguida passa a palavra para Érica que vai apresentar um ponto sobre a questão.

Érica – diz que trouxe para o Pleno essa questão da Escola porque tem ligação muito próxima. Ela é do segmento trabalhador e diz que se aposentou nesse setor. Diz que vê com tristeza a destruição que está acontecendo na escola, e tem certeza de que todos os conselheiros do CMS/SP conhecem a importância da educação permanente em saúde, especialmente a que é desenvolvida pela Escola através de suas sedes regionais. Observa que a sede da Escola, que antes estava na Vila Olímpia, foi transferida para este prédio, mas estão enfrentando grande perda de servidores. As sedes regionais das escolas estão sendo entregues, alegando problemas relacionado a alugueres, o que prejudica muito a estrutura da educação permanente em saúde nos territórios. Por isso, traz essa questão para discussão no Conselho em apoio à manutenção das sedes das escolas regionais. A região Sul entregou seu prédio. Diz que as escolas regionais estão sendo incorporadas pelas coordenadorias porque algumas já estão instaladas dentro das CRSs (Coordenadoria Regionais de Saúde). A região Sul, que foi a última, agora também está no centro empresarial, dificultando o acesso das pessoas. Na região Leste, ainda tem a Escola em uma sede própria, mas, com a mudança da CRS Leste, também será incorporada. Pede o apoio dos conselheiros para que possam receber esclarecimentos da Diretora Geral da Escola a Dra. Luiziane sobre a organização que está sendo prevista para a Escola Municipal de Saúde.

Neide – expressa preocupação de que as mudanças na estrutura da Escola Municipal de Saúde estão se configurando como consequência da reforma administrativa da secretaria. Destaca que a escola estava centralizada, com braços regionais, permitindo uma formação consistente que chegava aos conselheiros nas UBSs. A formação era quase anual e havia vagas disponíveis para repetição, o que reforçava a educação continuada. Ressalta que essa reforma interfere nos princípios do SUS, especialmente na educação continuada de trabalhadores e usuários do sistema. Por isso, sugere que o conselho solicite mais esclarecimentos da SMS sobre essa reforma administrativa relacionada à escola.

Laudiceia – diz que está familiarizada com a região sul e vai falar da escola da Região Sul. Destaca que a Escola da Região Sul está localizada em um centro empresarial, que se assemelha a um shopping, dificultando o acesso. Expressa preocupação com atual gestão, que, segundo ela, adota uma postura negacionista, desvalorizando a formação dos trabalhadores. Reforça o pedido de Érica e de outros conselheiros por explicações da gestão. Reitera a fala sobre necessidade de investimento na Escola e da recomposição dos quadros, porque há carência de pessoal. Falta concursos públicos.

Jonas – Sobre a Escola – fala da que há um projeto que visa diminuir a capacidade e a oferta de cursos para professores e a estrutura das escolas de saúde. A gestão quer se desresponsabilizar pela falta de formação e de acolhimento no atendimento. Ao analisar o PSM, destacam-se as dificuldades que podem ser enfrentadas e resolvidas com educação permanente em saúde para profissionais, conselheiros e usuários. Observa que o desmonte das escolas de saúde impacta diretamente na qualidade dos serviços oferecidos. Defende que a gestão não

apenas forneça explicações, mas também reavalie sua estratégia, ampliando a oferta de educação em saúde em vez de reduzi-la.

Mariângela – esclarece que a Escola Municipal de Saúde já faz parte da coordenadoria e não está sendo alterada em seu organograma. Destaca que a escola é responsável pela organização das capacitações, gerenciando o PLAMEP, que é um plano de cursos anual. Os cursos são oferecidos pelas regiões, pela secretaria e pelo ministério, e essa estrutura não será modificada. Ressalta que, embora a escola não ofereça as capacitações diretamente, ela organiza o processo, e as supervisões terão que encontrar novos espaços para os cursos na nova sede da coordenadoria, que possui mais salas de reunião. Enfatiza que não está havendo redução nos cursos e capacitações.

Walter – Fala que o assunto vai ficar na mesa para próxima reunião. Segue que a discussão sobre a Escola Municipal de Saúde fique pendente para o próximo pleno, destacando que a escola é parceira do controle social. Fala que o enfraquecimento da escola nos últimos anos se deve a diversos fatores, incluindo ações da gestão e questões pessoais. Propõe que a diretoria da escola compareça ao pleno para prestar esclarecimentos, especialmente sobre a questão dos facilitadores. Que faz muita diferença nas conferências. Vai para o próximo ponto da pauta que é sobre assistência laboratorial.

Érica – Sobre o ponto do Laboratório, explica que sete Supervisões Técnicas da Leste vão passar os serviços laboratoriais para uma empresa quarteirizada que se encarregará de alguns exames. A questão que se aponta é saber se esse contrato realmente gerará algum benefício para o orçamento. Portanto, seria interessante saber, no trimestre agosto, setembro e outubro, qual foi o custo do laboratório por exemplo o de São Miguel? Qual a diferença de recurso que será alocada para este contrato? Comparada ao que outra empresa receberá para realizar esses exames, quais são as vantagens? Queremos destacar a importância desses laboratórios municipais que recebem recursos do Ministério da Saúde para realizar exames de determinadas patologias de interesse da saúde pública. Atualmente, entendemos que está sendo um projeto piloto em São Miguel, mas que provavelmente pode acabar. Como também outros laboratórios municipais. Os conselheiros solicitam esclarecimentos da área técnica de assistência laboratorial quanto ao custo deste novo contrato e à diferença em relação ao que foi dispendido e utilizado no laboratório de São Miguel por exemplo.

André – iniciou fala explicando que não sabia se todos estavam cientes, mas que ele e Jussara estavam conduzindo um estudo que estavam acompanhando, desde 2022, a evolução dos exames de diagnóstico por imagem, e que, nesse contexto, pode afirmar que as novas parcerias contratadas para esse serviço, segundo o estudo, passaria a pagar mais caro por exames que atualmente são mais baratos. Destacou a importância do laboratório de São Miguel, localizado na UBS Sítio Casa Pintada, que foi unidade de referência dele, desde a infância. Ele compartilhou seu histórico de 35 anos como paciente daquela unidade. Diz que é necessário fazer uma reflexão sobre os investimentos feitos durante a gestão do Haddad, que buscou tornar São Paulo uma referência no diagnóstico de H1N1. Contudo,

lamentou que a o serviço estivesse sucateado, mencionando que o serviço vinha sendo desvalorizado ao longo do tempo. Comentou que a instituição parceira da Prefeitura de São Paulo responsável por uma parcela significativa dos exames laboratoriais na rede municipal é a AFIP (Associação Fundo de Incentivo à Pesquisa).que já estava operando com seis contratos, mas ficou em dúvida sobre quais estavam vigentes, pedindo que lhe mostrassem um. Expressou a necessidade de o Conselho, junto com as comissões de políticas de saúde, a COFINS e Comissão de contratos, acompanharem sistematicamente a situação para verificar a evolução e

o uso dos recursos. Sugeriu convocar a comissão de orçamento e finanças - COFIN para auxiliar nesse processo, a fim de garantir que os custos e benefícios fossem adequadamente analisados. Com firmeza, reitera que não era a favor da AFIP, enfatizando que era importante entender que, se o laboratório de São Miguel fosse fortalecido, teria a capacidade de realizar exames a um custo menor do que a quarteirização proposta. Explica que serviço já é terceirizado na medida que a OS Santa Marcelina se encarrega de cuidar dos laboratórios., ou seja, vai contratar uma empresa para cuidar desse serviço. Ou seja, vai quarteirizar ou quinteirizar a atividade. Criticou assim a situação da OS Santa Marcelina, que, segundo ele, vinha contratando a si mesma para prestar serviços, e agora seria obrigada a contratar outra empresa. Por fim, quer que se registre sua convicção da necessidade de fortalecer o laboratório municipal, mencionando um laboratório da zona oeste como um exemplo, e ressaltou que era vital avançar na valorização desses serviços.

Jussara – inicia sua fala informando que, há algum tempo, ela e sua equipe iniciaram um estudo sobre a AFIP (Associação Fundo de Incentivo à Pesquisa), Explica que começaram a investigar os diagnósticos realizados pela AFIP após o encerramento dos contratos de gestão com a entidade, o que na delegação para Organizações Sociais (OS) contratarem seus próprios serviços de diagnóstico. Diz que durante sua pesquisa, descobriu que a maioria dos exames era realizada por uma única empresa offshore, que repassava os lucros para o exterior. Em 2023 e 2024, ela levantou dados indicando que as OS estavam realizando apenas cerca de 3% dos exames de diagnóstico, mas recebendo 15% do repasse do Ministério da Saúde destinado a esses serviços. Neste ano, esse percentual aumentou para 5-6%. Ressalta que, se a secretaria fizesse contratos diretos com empresas de imagem, poderia obter serviços a preços significativamente mais baixos. Ela alertou que a tendência era de que os contratos de gestão estivessem desviando recursos da atenção primária para diagnósticos por imagem e, em seguida, para laboratórios, prejudicando a atenção básica. Além disso, expressou preocupação com a formação de um cartel no setor de diagnósticos, onde as OSs montariam suas próprias empresas de laboratório, comprando equipamentos com recursos públicos. Concluiu que, se não houvesse vigilância, a situação se agravaria, levando a um controle ainda maior por parte dessas entidades.

André – diz que vai fazer um breve comentário para complementar a fala anterior de Jussara, destacando que vai trazer uma informação relevante sobre o atual

gestor da pasta (SMS) o Dr Luiz Carlos Zamarco. Ele mencionou que Zamarco possui uma empresa chamada Luna, que presta serviços médicos e já trabalhou com o INTS em Suzano. André enfatizou que o INTS tem os preços mais altos de exames diagnósticos na cidade de São Paulo, sendo até quatro vezes mais caros do que outras instituições, como Santa Marcelina e SEJAN. Ele observou que a população da cidade é direcionada para o INTS na zona sul para realizar exames, como endoscopias, que custam quase R\$ 3.000, enquanto em outros lugares o preço é significativamente menor, cerca de R\$ 1.000. André concluiu sua fala insinuando que as escolhas e direcionamentos nesse contexto merecem reflexão, sem afirmar diretamente uma conclusão.

Jussara - complementou seu comentário anterior, informando que, no estudo realizado, foi constatado que do total de exames que o INTS realizava, 30% deles representava já 100% da sua própria região Sul. Esses 30% representavam já 100% da região dele mesmo do INTS. Os 70% restantes dos exames vinham para o INTS direcionados de outras regiões, vinham da Norte, do Centro e da Zona Oeste. Vinham todos para o INTS na Zona Sul, o que indicava uma concentração excessiva de serviços em uma única localidade. As pessoas que vinham fazer exames tinham que sair da zona norte, oeste, centro para se deslocarem porque tudo se concentrava na Sul.

Rosângela – apresenta-se como “Maria Rosângela da assessoria de gestão participativa do Hospital Municipal Tide Setúbal em São Miguel Paulista”. Relata que sua equipe foi pega de surpresa com o encerramento do contrato da AFIP na Região Leste. Informa que, em uma reunião realizada com a coordenação da OS Santa Marcelina e a Secretaria, foram discutidas estratégias para evitar a vacância de exames pendentes na rede hospitalar. Menciona que, segundo o gestor do Hospital, o Santa Marcelina deverá assumir a demanda e que a situação provavelmente será encaminhada para licitação.

Érica – Fala que como trabalhadora da enfermagem, destaca os problemas enfrentados devido à mudança na etiquetagem e coleta de exames. A falta de um plano de contingência durante essas alterações tem impactado a qualidade da assistência e gerado dificuldades para os trabalhadores. Ela enfatizou que, em casos de problemas com transporte ou etiquetagem, não é aceitável perder materiais, especialmente quando novas coletas podem não ser viáveis. Pediu que fosse verificado como está sendo conduzido o piloto da transição dos exames do laboratório São Miguel para outro laboratório, ressaltando a ausência de notícias sobre um plano de contingência.

André Bernardino – apresenta-se como conselheiro da STS Jabaquara e V Mariana e fala cedido privilégio por Carlos Miguel. Inicia fala mencionando a importância das discussões anteriores. Expressa preocupação com o sucateamento do sistema de saúde, especialmente nas unidades diretas, que estão sem equipamentos e recursos humanos adequados, comprometendo a qualidade do atendimento à população. Criticou a valorização das Organizações Sociais (OS) e da terceirização, que, segundo ele, prejudica o atendimento público e força os pacientes a buscarem serviços em outros municípios. Ele destacou a necessidade de fiscalização adequada e de fortalecer o conselho municipal, pedindo que os usuários tenham voz nas discussões sobre suas necessidades e angústias. André

concluiu enfatizando a importância da união entre todos os envolvidos para melhorar o sistema de saúde e a qualidade do atendimento.

Zito – diz que reconhece a importância do que foi dito por André sobre a terceirização dos serviços. Destaca que, na região dele, a UPA Maria Antonieta enfrentava problemas com a demora na devolução de exames, que levavam de 4 a 6 horas, obrigando os pacientes a esperarem. Felizmente, agora os exames estão sendo realizados na própria UPA, o que é uma evolução positiva. Expressa esperança de que essa melhoria continue enfatizando a necessidade de resolver os problemas relacionados ao transporte de exames e à eficiência no atendimento.

Pedro – propõe convocar a área técnica para explicar a transferência dos exames do laboratório São Miguel, considerando que o tema é importante. Argumentou que, enquanto a ampliação da demanda pode justificar a contratação de serviços privados, retirar exames de um local que já os realiza sem uma avaliação adequada de qualidade é irrazoável. Defende que é preciso pedir que a área técnica apresente dados que justifiquem essa mudança, pois acredita que isso pode levar à desvalorização do serviço público. Enfatiza que a demora nos atendimentos nas Upas e hospitais estão relacionados à execução dos exames, tornando esse tema relevante para toda a saúde pública. Concluiu sua fala reforçando a importância da sua proposta.

Cirlene – inicia fala fazendo apelo aos conselheiros que se esforcem para afastar o atual Secretário de SMS das suas funções. Entende que deva ser feito porque acredita o Secretário estaria mais focado no laboratório dele do que nas demandas do Conselho Municipal. Defende que a mudança do secretário beneficiaria todo o município de São Paulo. Dirige-se ao Walter solicitando a ajuda de Walter para entender os aspectos legais necessários para essa mudança.

Walter – Propõe encerrar essa questão do “laboratório de exames” como encaminhamento para Comissão de Contratos; considera a questão realmente importante. E avisa que vai encaminhar pelo pleno para a comissão de contratos para que ela acompanhe essa questão toda, para que chame a área técnica, para que apresente os estudos, para que se manifeste e daí tendo uma solução lá, devolve a matéria pro pleno para informar a todos. Avisa que agora vai para o último ponto da pauta que é o “Pedido de apoio à criação do cargo de Sanitarista na SMS.”

Laudiceia – diz que a pauta foi solicitada para que os alunos da Faculdade de Saúde Pública, futuros sanitaristas, apresentem ao grupo a importância da profissão e a necessidade de criar essa carreira no município de São Paulo, que já foi regulamentada a nível federal. Pede que dois alunos façam uma apresentação rápida sobre o tema.

Rafael – É Agente de Endemias e é Sanitarista e fala da importância da profissão de sanitarista. Inicia colocando a sua experiência. Apresenta-se como formado em saúde coletiva e servidor público há 15 anos. Em seguida destaca a importância da profissão de sanitarista para o SUS e sua regulamentação em 2023. Menciona que a graduação em saúde coletiva foi criada para expandir os profissionais na área, atualmente existe apenas uma faculdade oferecendo o curso em São Paulo a

Faculdade de Saúde Pública da USP. Enfatiza a necessidade de inserir sanitaristas no quadro de funcionários do município, pois a maior cidade do Brasil ainda não conta com esses profissionais. Pede apoio da gestão e do conselho para criar concursos públicos e reter os graduandos na cidade, ressaltando que São Paulo pode se tornar referência ao valorizar essa profissão. Em seguida diz que vai passar a palavra para o colega dele o Wellington para falar um pouco. i

Walter – pede para que o que vai falar explique um pouco o que [é um sanitarista. Porque algumas pessoas fazem confusão e não entendem o que esse profissional.

Fátima – levanta alguns questionamentos gerais sobre o que faz e o que é esse profissional sanitarista. Segue-se um debate em torno da questão do que se entende sobre a profissão. Ela fala da sua percepção do Sanitarista. Fala que sempre acreditou que os sanitaristas já estavam integrados nas unidades de vigilância em saúde, indicando que ela mesma carrega uma confusão sobre a presença e o papel desses profissionais. Surpreende-se pelo fato de somente agora está sendo discutida a relevância histórica e funcional da profissão. Fala do seu descontentamento por achar que estava sendo atendida por sanitaristas na vigilância sanitária, mas agora percebe que isso pode não ser verdade, sentindo-se "enganada".

Paulo – faz uma chamada à ordem e apela para que todos os ouvintes prestem atenção às explicações sobre a profissão, ressaltando que o tema é de interesse geral e merece atenção.

Walter – Fala que existe o termo sanitarista há muito tempo na saúde, mas somente agora é que a profissão foi regulamentada em 2023.

Rafael - Esses pontos mostram uma busca por clareza e reconhecimento da importância dos sanitaristas no sistema de saúde, além de uma preocupação com a falta de informação e a percepção pública sobre suas funções.

Priscila – Fala que querem estar no quadro e explica os quadros de Analista e esses querem entrar.

Washington – Fala que ele é graduado como Sanitarista – hoje ele é Agente de Endemias e que qualquer pessoa de nível superior poderia fazer especialização e ainda existe essa especialização e todos hoje são Analistas de Saúde e quer entrar no quadro e detalha os eixos da sua formação. O trecho a seguir discute a confusão em torno da profissão de sanitarista e sua regulamentação.

Aqui estão os principais pontos resumidamente da fala dele:

- **Histórico do Sanitarista:** É mencionado Carlos Chagas, um sanitarista conhecido do início do século XX, para ilustrar a longa história da profissão.
- **Confusão de Títulos:** Explica que o título de sanitarista costumava ser obtido apenas através de pós-graduação ou especialização, levando a uma confusão sobre quem realmente ocupa essa função.
- **Desenvolvimento da Profissão:** A criação da graduação em sanitarismo foi proposta durante a reforma sanitária e a implantação do SUS, visando ampliar as formações profissionais na área da saúde.

- **Estrutura do Curso:** O curso de sanitarismo é descrito como completo, com duração de quatro anos, estágio obrigatório e entrega de TCC, regulamentado pelo MEC.
- **Regulamentação Municipal:** Embora a profissão tenha sido inserida no quadro profissional do SUS em nível nacional, o movimento atual busca sua regulamentação no município de São Paulo.
- **Chamada à Ação:** Pede para o graduando Wellington explicar rapidamente, indicando um esforço colaborativo para esclarecer a importância do sanitarista.

Wellington – em seguida advém uma apresentação cuja apresentação resumidamente é o que segue:

- - A fala aborda a definição e importância da profissão de sanitarista, além de discutir a necessidade de sua regulamentação e valorização. Aqui estão os principais pontos:
- **Definição de Sanitarista:** Explica que qualquer pessoa com formação de nível superior, ao concluir uma pós-graduação em saúde coletiva ou saúde pública, pode ser considerada um sanitarista.
- **Diferenciação de Cargos:** Ele destaca que, dentro da prefeitura, é possível ser inserido como analista de saúde, mas isso não corresponde necessariamente a um sanitarista. A reivindicação é para que sanitaristas formados na graduação sejam reconhecidos e contratados.
- **Currículo do Curso:** O curso de saúde coletiva é descrito como abrangente, com eixos que incluem gestão de serviços de saúde e epidemiologia, diferenciando-se do curso de saúde pública.
- **Importância da Profissão:** Enfatiza que sanitaristas não devem ocupar cargos de confiança, pois suas funções são essenciais para estruturar os serviços de saúde e a política de saúde no município.
- **Histórico:** Menciona lutas históricas na estruturação dos serviços de saúde, referindo-se a figuras importantes como Emílio Ribas e a necessidade de continuidade nas políticas de saúde, independentemente de mudanças políticas.
- **Interlocução Técnica:** Fala da importância de ter sanitaristas é reforçada, pois eles podem garantir a continuidade dos cuidados e a gestão dos recursos, evitando que as políticas de saúde mudem a cada nova administração.
- **Experiência Pessoal:** Compartilha sua experiência como sanitarista, onde exerce várias funções em um serviço de saúde, enfatizando a versatilidade e a relevância do papel do sanitarista.
- **Conclusão:** Esses pontos refletem a defesa da profissão de sanitarista como fundamental para a saúde pública e a necessidade de reconhecimento e regulamentação adequada no sistema de saúde.

Rafael – a fala seguir destaca a importância da formação em sanitarismo, enfatizando os seguintes pontos:

- **Integração da Saúde:** Ressalta a visão holística da saúde, que vai além dos aspectos biológicos e inclui fatores sociais como moradia, cultura, educação, transporte e saneamento.

- **Evolução do Sanitarista:** Menciona que a definição de sanitaria desde 1920 abrange o estudo das ciências sociais, refletindo uma abordagem mais ampla e integrada à saúde pública
- **Participação Popular:** A participação da comunidade é vista como um elemento crucial para a saúde, reforçando a importância de um sanitaria que atua em conjunto com a população.
- **Foco em Políticas Públicas:** Destaca a ênfase na gestão e nas políticas públicas como parte da formação do sanitaria, que se prepara para lidar com questões sociais e de saúde de forma abrangente. A principal missão do sanitaria é proteger e defender o direito à saúde, posicionando essa defesa como o cerne da profissão.
- **Conclusão:** Esses pontos enfatizam a relevância do sanitaria na promoção da saúde pública e na garantia do acesso a direitos fundamentais.

Bruna – graduanda em saúde pública, destaca a importância de sua formação, que abrange o funcionamento e as necessidades do SUS. Ela enfatiza que o sanitaria possui habilidades técnicas para mobilizar conhecimentos e garantir que o sistema de saúde atenda às necessidades da população, ressaltando a importância da participação social e do conceito de saúde ampliada. (aplausos)

Renata – também graduanda em saúde pública, expressa um desabafo e um apelo em nome de seus colegas para que seja criado um concurso público para sanitarias na prefeitura. Ela destaca a defesa do SUS e a preocupação com o futuro da profissão, mencionando que, apesar da formação recebida, os estágios na Secretaria Municipal não estão sendo suficientes. Lamenta a falta de oportunidades e o estado precário dos serviços de saúde, o que a deixa desmotivada e triste, representando a luta dos sanitarias em todo o Brasil. Termina com apelo emocionado e é aplaudida.

Priscila – faz uma consideração sobre a importância da formação em sanitarismo, lembrando que 14 turmas foram formadas, com cerca de 20 alunos cada, totalizando um grande contingente de sanitarias. Ele expressa a frustração de não haver cargos públicos disponíveis para esses profissionais na Secretaria Municipal, ressaltando que a qualidade do PMS poderia ser significativamente melhorada se fosse elaborado por sanitarias. O apelo final é para que a carreira em saúde pública seja reconhecida e valorizada.

Laudicéia – critica a falta de atenção e escuta durante as discussões sobre a formação em saúde pública. Destaca que os estudantes são priorizados para estágios na secretaria, mas não encontram vagas no mercado de trabalho. O problema é que sanitarias formados com recursos públicos acabam trabalhando em organizações sociais, que visam lucro em vez de saúde pública. Compara essa situação à exploração de pessoas em situação de rua, ressaltando que é injusto formar estudantes para que sirvam a interesses privados, em vez de contribuir para a saúde da população. o concurso público é uma solução necessária.

André – propõe apoiar a criação de uma resolução ou recomendação para a inclusão de sanitarias na administração pública, citando a experiência da FGV, que, em parceria com o ex-prefeito Haddad, criou o cargo AGPP. Ele observa que

a maioria dos ocupantes desses cargos é oriunda da FGV e argumenta que há condições para indicar essa inclusão, uma vez que já existe uma prerrogativa para absorver formados nesse campo. Ele também menciona a residência em gestão pública como um modelo a ser considerado e conclui agradecendo a atenção.

Walter – propõe apoiar a criação de uma resolução simples que determine à secretaria a criação de uma carreira de sanitarista dentro do seu quadro funcional. Ele apresenta essa proposta sem documentos prévios e solicita manifestações ou uma votação imediata. A tarefa é encaminhada para a comissão de Recursos Humanos, que ficará responsável pela redação da resolução. Em seguida, Walter menciona a necessidade de aprovar a realização da 23ª Conferência Municipal de Saúde de São Paulo, que ocorrerá no segundo semestre e coincidirá com as eleições do Conselho Municipal de Saúde. Ele sugere que conselheiros candidatos à reeleição ocupem posições-chave na organização da conferência, também aborda a proposta de um pleno extraordinário para a segunda quinzena de janeiro de 2026, referente ao chamamento público para seleção de organizações sociais, e discute a necessidade de definir uma data. Informa que uma moção de repúdio ao fechamento da FURP foi aprovada e menciona uma moção de apoio à formação de uma comissão de acompanhamento da transição da FURP, que também está em pauta. Tem ainda o Pleno Extraordinário para aprovar após 15/01/2026. Mas sobre a questão da FURP pede para Érica explicar.

Paulo – Pede esclarecimentos sobre a FURP e passa para Érica.

Érica – apresenta uma moção de apoio para a formação de uma comissão de acompanhamento da transição da FURP para a Fundação Butantã. Menciona que essa proposta surgiu durante uma reunião extraordinária do Conselho Estadual de Saúde, onde os conselheiros discutiram a transição e a necessidade de garantir que a FURP e seus quase 500 funcionários não sofram prejuízos. A moção visa reforçar a importância da criação dessa comissão, que será composta por conselheiros dos segmentos de usuários, trabalhadores e gestores do Conselho Estadual de Saúde. Como encaminhamento agora é aprovarmos uma proposta de Moção de Apoio, formando uma comissão de acompanhamento da transição da FURP para a Fundação Butantã. A composição da Comissão deverá incluir conselheiros do segmento usuário, trabalhador e gestor.

Paulo – observa que estão presentes dois conselheiros do Conselho Estadual da neste Pleno hoje. A Cirlene e o Dimitri. Sugere que Dimitri explique um pouco dessa situação da FURP no âmbito do Conselho Estadual.

Dimitri – explica que a FURP está sendo incorporada ao Instituto Butantã e menciona que foi constituído um grupo para acompanhar o processo de transferência. Destaca que essa proposta foi aprovada pela assembleia.

Paulo – Fala que o município e o CMS-SP podem acompanhar e fazer esclarecer que a FURP foi incorporada de fato.

Auxiliadora – Pede que alguns se juntem a esse GT no Conselho Estadual.

Walter – Disse que é Estadual e diz que Dimitri vai oportunamente trazer os dados para a atuação nossa no acompanhamento da questão da FURP. Submete para aprovação a pauta referente à “Moção de Repúdio ao fechamento da FURP”. Todos aprovam – Submete ainda a “Moção de Apoio à formação da comissão de acompanhamento da transição da FURP para a Fundação Butantã”. Todos aprovam. A última questão para deliberação é a denúncia em desfavor do Secretário. Vamos para o encaminhamento e para formular a proposta passa para André.

André – enquanto relator da proposta de denúncia do Secretário. Passa a apresentar formalmente. Diz que se trata de uma denúncia e dá justificativas e motivos em resumo disse o que segue:

Propostas do Conselheiro André: Denúncia ao Secretário Executivo:

O conselheiro André denuncia o Secretário Executivo de Gestão Administrativa, Armando Luiz Palmieri, por:

- 1. Obstrução ao Acesso à Informação.** Em descumprimento da Lei Orgânica do Município.
- 2. Justificativas para a Denúncia:** diz que a legislação é clara sobre a obrigatoriedade da Secretaria em fornecer informações ao Conselho. Enfrenta-se dificuldades significativas para disponibilizar as informações solicitadas: Já foram feitos pedidos e ofícios para que a secretaria comparecesse e apresentasse as informações. A comissão aguardou por mais de 60 dias sem resposta efetiva.
- 3. Falta de Diálogo:** O conselheiro ressalta que a Secretaria alega falta de diálogo, mas há 120 dias que informações são solicitadas sem retorno. Afirma que a falta de interesse em dialogar partiu da secretaria, não do Conselho.
- 4. Apoio Necessário:** Solicita, então, para aprovação o apoio dos segmentos dos trabalhadores e usuários para formalizar a denúncia junto ao Ministério Público e à Corregedoria Geral do Município.

Walter – Submete à votação sobre a proposta de André e pergunta quem se coloca contrário deve levantar a mão. Verifica-se que, por aclamação se verificam três votos contrários. Fica aprovada a proposta apresentada por André. Em seguida passa para os informes dos conselheiros. Observa que cada conselheiro terá três minutos e observa que não tem debate, apenas devem ouvir os informes. Expressa seu compromisso em ser transparente sobre as atividades do conselho. Diz que o Conselho e ele pessoalmente estão abertos para a Gestão Executiva. E a coordenação executiva do Conselho está aberta à gestão executiva e à secretaria e reconhece a importância da discussão sobre o PMS (Plano de Saúde). Menciona reunião com Ivan Cáceres para discutir demandas fundamentais para o PMS - plano de saúde. Em seguida dá informe sobre a Reunião da Comissão Inter intra Conselho marcada para o dia 19 do mês anterior. Disse que nenhuma pessoa da coordenação sul compareceu à reunião. E soube que a assessoria de gestão participativa cancelou a reunião sem avisar o Conselho, passando por cima do mesmo. A Comissão e ele mesmo ficou preocupado com este cancelamento, portanto aguarda esclarecimentos sobre quem deu a ordem para o cancelamento da reunião. Afirma que apenas as comissões e o colegiado têm o poder de cancelar reuniões. Como reação ao Cancelamento, Walter expressa sua indignação sobre o cancelamento da reunião – (, tumulto - ..) Chama `ordem` e comunica que não aceitará discussões sobre o assunto no momento e que a transparência deve ser

mantida. Insiste que há uma demanda por resposta. Diz que já solicitou à gestão participativa uma resposta sobre o cancelamento. A situação é inadmissível e que a responsabilidade deve ser assumida.

Cirlene – faz um apelo à colaboração, afirmando que precisa do apoio dos colegas, mas sente que ninguém está ajudando. Comenta sobre a falta de respeito em relação à região e aos conselheiros, solicitando esclarecimentos sobre questões pendentes. Além disso, critica a ausência de lanche para os conselheiros, considerando essa situação vergonhosa. Também menciona a necessidade de realizar uma campanha para substituir o secretário, enfatizando a importância do engajamento de todos. Por fim, destaca problemas de saúde na Zona Norte, especialmente a falta de pediatras nas UBS, que resulta em crianças sem atendimento adequado.

Clarivaldo – Informa sobre visita do Secretário na região dele e fala de pedidos de prazo e fala da região dele sobre a área que está sob domínio de político da região. Diz que a gestão assiste irregularidades, mas não tem nenhum protagonismo. Informa que está falando do Distrito de Anhanguera.

Pedro – traz três informes rápidos. Primeiro, informa que, neste momento, no Butantan, militantes da saúde estão realizando um ato para exigir a contratação de médicos na UPA do Rio Pequeno, cuja data foi transferida de segunda-feira para hoje devido às chuvas fortes. Em segundo lugar, destaca uma demanda significativa: a falta de um mamógrafo, que deveria oferecer esse serviço especializado em saúde da mulher. O único mamógrafo disponível na Zona Oeste está na UBS Alto de Pinheiros. Bairro muito rico, Outras áreas muito mais vulneráveis não têm. Por último, menciona que o Conselho Gestor de Perus aprovou uma verba de cerca de R\$ 1.000.000 para a aquisição de um mamógrafo para o Butantan, mas aparentemente houve um problema com isso.

Walter – Passa para Informe de Comissões.

Ângela – Fala da Saúde Mental – diz que as diretrizes da 4º Conferência Municipal de Saúde Mental não entrou nada no PSM. As discussões sobre o relatório final da 4ª CMSM chegou tarde e não pôde entrar para discussão na ASPLAN e a Comissão de Saúde Mental decidiu que tais propostas deverão entrar no Plano de Saúde. Outro informe é sobre o CAPS Vila Prudente. Diz que vai pedir uma reunião com RH para resolver questão do CAPS V Prudente. Por último informa sobre o CAPS Itapeva e o processo de municipalização desse CAPS que era do Estado e está sendo municipalizado. Este processo de municipalização foi discutido em Comissão Tripartite e vai começar a funcionar o Itapeva, mas não passou pelo CMS-SP. Diz que pediu número desse documento e viu que foi documento feito no Conselho Estadual da Saúde. Esse CAPS é antigo e precisa ver como vão ficar os usuários e vai ser municipalizado e já vai funcionar no município a partir do dia 01 de janeiro. Precisa ver como que vai funcionar no município porque nesse CAPS Itapeva funciona lá uma farmácia. Diz que teve uma Assembleia de usuários e tem uma Audiência sobre isso dia 15/12.

Laudicéia – Fala da Inter Intra conselhos e da reunião do dia 19 não aconteceu no Conselho, mas aconteceu na CRS Sudeste. A reunião com a Comissão Inter

Conselhos vai acontecer na região no mês de Janeiro. E essa coisa de desmarcar a reunião não vai acontecer mais. Promete.

Érica – Veio na reunião do dia 19/11 para a reunião da Inter Conselhos para atender a Região Sudeste e ninguém compareceu na reunião. Disse que foi convidada para reunião que seria feita na área no dia 18/11 recebeu aviso de cancelamento e abriu Whatsapp e mostrou para a pessoa que avisou que enviasse a justificativa e perguntou quem cancelou e quem de onde partiu a ordem do cancelamento.

Sheila – A Patologias recebeu visita na reunião da Comissão. Falaram sobre questões específicas. Dia 27/01 vai ter a 1ª Reunião e vão analisar os Protocolos de Atendimentos às Patologias que ainda não tem Protocolos. Vão chamar também a Assistência Farmacêutica. Até agora ainda não receberam a Área Técnica, mas vão trazer a área na próxima reunião.

Gabriel – Fala da pasta plástica contendo boletim que está sendo distribuída para todos os conselheiros, Salienta que devem informar a Comissão de Comunicação e quando não informam a comissão acontecem constrangimentos. Diz que houve um constrangimento na última reunião, porque viram que foi usado logo do CMS-SP e fizeram convites sem comunicar a Comunicação. Viu na reunião da COFIN um card com logo do CMS sem informar a Comissão de Comunicação e pede para que isso não ocorra mais. Pede que informem a Comissão de Comunicação. Diz que em Fevereiro vão começar a recolher ideias e elementos para escreverem breves descrições do que faz e o que fez s comissões.

Walter – Encerra a reunião, às 17h10.

Conselho Municipal de Saúde - Secretaria Municipal de Saúde, Rua Siqueira Campos, 176, -4 – Liberdade

CEP: 01509-020 - Telefones: 5461-8815, 5461-8816, 5461-8817, 5461-8818, 5461-8819, 5461-8821, 5461-8822

E-mail: - cmssp@prefeitura.sp.gov.br